



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A cultura da escola e a sensibilidade em tempos da pandemia: condições e desafios da educação para novos tempos

Manuel João Mungulume
Alonso Bezerra de Carvalho

Como citar: MUNGULUME, Manuel João; CARVALHO, Alonso Bezerra. A cultura da escola e a sensibilidade em tempos da pandemia: condições e desafios da educação para novos tempos. *In*: ARAUJO, Luciana Aparecida de; CORDEIRO, Ana Paula. **Educação e pandemia: impactos e desafios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 65-84. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-308-3.p65-84>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 2

A cultura da escola e a sensibilidade em tempos da pandemia: condições e desafios da educação para novos tempos

Manuel João Mungulume

Alonso Bezerra de Carvalho

Introdução

Com o advento da pandemia, a cultura da escola sofreu adaptações inesperadas, e isso afetou de forma negativa a socialização e a integração da escola. Assim, a cultura escolar foi obrigada, além de lidar com as complexidades já existentes, viu-se obrigada a reinventar novos desafios impostos pela pandemia. A sensibilidade da prática educativa alargou as suas complexidades e os desafios. É nesta ordem de ideia que esta discussão se insere, e pretende ser discutida a partir das adaptações que possibilitam manter as condições e as qualidades de uma educação que adequa aos novos tempos. As condições e desafios da educação para novos tempos trata-se de uma reflexão que busca alternativas e possibilidades que mantenham a consolidação de uma educação democrática e sem perder o teor da inovação e da integração social.

Tal esforço busca também delinear as possíveis configurações pedagógicas pós pandemia, com o intuito de minimizar as desistências dos

alunos, uma vez que, a falta de um apoio pedagógico especializado, pode fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino. Isso, de certa forma, acentua a desigualdade social. Diante disso, a educação deve assumir uma nova postura ética e epistemológica para fazer face às complexidades impostas pela crise. Portanto, a educação como sendo um instrumento para a construção do humanismo; exige-se dela uma reestruturação e uma reorganização dos modelos da aprendizagem que permitam uma instrução sem a exclusão, uma vez que, a crise não pode impedir a democratização do saber.

O grande desafio da educação pós pandemia é de construir alternativas que possibilitem um apoio dos estados emocionais dos alunos, torná-los inclusivos, democráticos. Este compromisso se concretiza com a implementação da cultura de sensibilidade e de empatia com as camadas sociais mais desfavorecidas, devendo a educação se identificar e se pautar com os direitos e com a diversidade.

Diante do exposto, o capítulo objetiva analisar o futuro da escola dentro de um Plano de Educação mais inclusivo, que continue sendo a marca da esperança social e que nos ajude a viver de forma harmônica e sustentável. Assim, esta reflexão busca também analisar as implicações da chamada cidadania digital, avaliar seus desafios e limites, de modo a contribuir para o delineamento do projeto de uma prática educativa democrática, emancipatória e sobretudo estabelecer uma articulação não somente com os anseios tecnológicos, mas que atinja as dimensões de uma aprendizagem significativa e afetiva dos adolescentes e jovens que, de certa forma perderam a relação e integração que tinham no convívio escolar.

Por fim, o trabalho far-se-á por uma revisão bibliográfica teórica e prática para articular a cidadania digital dentro da educação inclusiva e

emancipatória. É nesta perspectiva que o capítulo se propõe a discutir, e espera-se contribuir com novas estratégias pedagógicas para fazer face as atuais mudanças sociais.

Covid-19 e o fracasso da cidadania digital?

Nesta discussão partimos do princípio de que o espaço escolar deve garantir as relações e a integração de todos, este princípio viu-se desafiado pela Covid, pois a falta das máquinas digitais e internet deixou uma parte da sociedade sem acesso ao processo educativo. Portanto, a práxis educativa deve ser construída na base de uma educação que engloba a todos como preza a declaração Mundial de Educação para todos. Vivemos num contexto social em que a cidadania digital está longe de satisfazer a todos, e possibilitar as condições de permanência de todos. Embora que se note a importância da combinação de processos educativos com as tecnologias digitais, ainda assim, precisamos refletir em torno da sua capacidade de inclusão, e ao mesmo tempo reconhecermos a sua importância de uma educação inovadora por meio da cidadania digital como uma estratégia pedagógica.

As tecnologias ampliam as possibilidades de pesquisa, autoria, comunicação e compartilhamento em rede, publicação, multiplicação de espaços e tempos; monitoram cada etapa do processo, tornam os resultados visíveis, os avanços e as dificuldades. As tecnologias digitais diluem, ampliam e redefinem a troca entre os espaços formais e informais por meio de redes sociais e ambientes abertos de compartilhamento (MORAN, 2018, p. 53).

Numa era como a nossa em que a sala de aula passa a ser virtual, podemos olhar a cidadania digital como uma alternativa plausível, porém, devemos questionar as condições e os limites que ela traz para a camada social desfavorecida, ou seja, a cidadania digital coopera com os pressupostos da educação inclusiva?

De acordo com a declaração mundial sobre a educação para todos, pressupõe-se que a educação deve satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem para todos, entretanto é nesta premissa que a cidadania digital encontra o seu impasse ou limite, ou seja, pois ela não garante as metas de uma educação emancipatória e democrática, isto é, as tecnologias digitais impossibilitam a emancipação de educação que englobe e satisfaça a todos, ou seja, o teor primordial da educação deve ser, seguir o que foi plasmado pela declaração sobre a educação para todos; também as escolas, na sua função social, devem orientar-se para a educação inclusiva, pois,

[...] constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, p. 4).

Esta ideia é baseada no princípio da educação, enquanto direito humano fundamental, e é a mais importante chave para a redução da pobreza e para se alcançar um desenvolvimento social democrático e harmônico. Portanto, a educação permite que cada indivíduo possa assumir a responsabilidade pelo seu destino e contribuir para o progresso da sociedade em que se insere, uma vez que lhe dá meios para participar

no processo do desenvolvimento de forma responsável, quer como indivíduo, quer como elemento dessa comunidade (IPAD, 2008, p. 3).

Diante do exposto, queremos discutir, analisar e questionar o futuro da escola dentro de um Plano de Educação mais inclusivo, de modo que continue sendo a marca da esperança social e humana e que nos ajude a viver de forma social e equilibrada. A pandemia trouxe mudanças no cotidiano e na cultura escolar e tais mudanças afetaram de forma significativa as vivências e os modelos de aprendizagem, e principalmente quebrou-se a interação dos alunos, que é um dos fatores importantes que contribui no processo que auxilia para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. O processo da interação dos alunos no espaço escolar favorece e fortalece o seu potencial de modo a construir a própria consciência crítica e participativa, a partir do momento em que a interação é um exercício para a inserção da argumentação.

Com o advento da covid-19, as escolas viram-se obrigadas a recorrer às tecnologias digitais como mecanismo ou alternativa da obtenção de ensino afetivo mas tal estratégia suscita implicações e problemática da exclusão social através da utilização tecnologia digital e de certa forma minimiza o esforço da promoção da inclusão educativa, e se configurando desta forma como um ato de violência simbólica, que se manifesta de forma suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2012, p. 7). Neste sentido, a prática educativa precisa descobrir e reconhecer a instância afetiva da relação social e cultural como ocasião única de apreender a lógica da dominação, como aponta, Bourdieu:

[...] exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cultura digital (BOURDIEU, 2012, p. 8).

A Covid-19 se configura como grande desafio para as políticas e gestão educativas, mas isso não pode, de forma alguma, acentuar a discriminação social, entre o acesso à cultura digital e à ausência dela. O ato educativo deve assumir compromisso com os novos paradigmas emergentes de modo a encontrar espaço para que, as tecnologias digitais sejam uma prática acessível e abrangente.

Portanto, o processo de reflexão sobre a cidadania digital traz à tona a realidade dos seus limites, uma vez que vivemos num país em que uma parte da sociedade não tem acesso da comunicação digital e se tiver, ainda não oferece as condições esperadas para gerar uma aprendizagem digna e significativa. E dentro dessas limitações, espera-se que as escolas reúnam um planejamento de ações para construir o desenvolvimento de uma educação que mobilize conceitos, habilidades e práticas cognitivas socioemocionais para o exercício pleno de uma cidadania ativa e interventiva.

O conceito da cidadania digital além de conter limitações, também está em evolução, enfrentando um conjunto de desafios que exigem a sua redefinição. Problemáticas, já apontadas como, a exclusão digital, ausência dela e a falta da mão de obra qualificada, tudo isso geram o impacto cultural da Sociedade de Informação, que são centrais para a compreensão das mudanças estruturais em curso (ALVES; MOREIRA, 2004, p. 36).

Outro potencial desafio que envolve a cultura digital é o fato das aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática, e que produza uma aprendizagem ativa por meio das tecnologias digitais. A revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, não podem perder a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas digitais.

Apesar das limitações e os desafios que acompanham a cultura digital, também é imperioso reconhecer a sua relevância, pois vivemos num contexto em que a cultura juvenil está intrinsecamente relacionada com a cultura digital, este fato torna imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas na base das tecnologias digitais, como aponta a BNCC:

[...] o foco passa a estar no reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para a realização de uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho. São definidas competências e habilidades, nas diferentes áreas, que permitem aos estudantes buscar dados e informações de forma crítica nas diferentes mídias, inclusive as sociais, analisando as vantagens do uso e da evolução da tecnologia na sociedade atual, como também seus riscos potenciais (BRASIL, 2017, p. 474).

Desta forma, a cidadania digital é uma estratégia pedagógica que está inserida na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como dinâmica inovadora e educativa. Uma das estratégias pedagógicas para novos tempos é de apropriar-se das linguagens

da cultura digital para contribuir e produzir conteúdo para o letramento em diversas áreas do conhecimento⁷.

A qualidade da educação em tempos da pandemia: Desafios para o desenvolvimento das competências de aprendizagem (de forma virtual)

Perrenoud (1999, p.16) parte do princípio de que desenvolver as competências não é um papel exclusivo ou hegemônico da escola, pois, o desenvolvimento das competências trata-se da capacidade de “[...] mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência ou eficácia, uma série de situações”. E isso não acontece unicamente no espaço escolar, pois segundo o autor, afirmar que cabe à escola desenvolver competências, seria confiar-lhe monopólio.

O autor destaca as competências não como um caminho, mas como um efeito adaptativo do homem às suas condições de existência. Desse modo, cada pessoa, desenvolve as competências de maneira diferente, desde que sejam suficientes ou necessárias para a realização de suas tarefas, bem como para a resolução dos problemas cotidianos com maior eficácia.

Diante disso, como garantir o desenvolvimento das competências no ensino remoto? Como atingir as dimensões específicas de aprendizagem de cada aluno, na era remota? Essas perguntas constituem mais um desafio para responder aos indicadores de qualidade de ensino, que se encontra

⁷ A cidadania digital é uma forma de mobilizar práticas das tecnologias digitais de diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (BRASIL, 2017, p. 87).

cada vez mais devassada. Discutir ou avaliar a qualidade de ensino em tempos de pandemia, se torna assim, um dos objetivos para apontar estratégias educacionais, para os novos tempos. Portanto, os Indicadores de Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar de modo a avaliar e melhorar a qualidade da prática escolar (BRASIL, 2013).

Tal objetivo compreende atualmente examinar os pontos fortes e fracos da escola, ou seja, a escola tem condições para oferecer um ensino que ofereçam uma aprendizagem significativa voltadas para a resolução de problemas relativos à superação de uma situação, como, por exemplo,

[...] saber guiar-se no caminho de volta para casa a partir de um ponto de referência, o que mobiliza competências de reconhecimento ou mapeamento espacial; saber lidar com as dificuldades infantis, o que aciona competências pedagógicas; saber construir ferramentas, o que estimula competências matemáticas e lógicas, entre outras⁸.

O ensino remoto traz novos desafios e novos questionamentos para a teoria da aprendizagem significativa⁹, pois a exposição remota pode ser ineficiente para atingir as dimensões específicas de cada aluno. Portanto, estamos a caminho de um ofício novo, cuja meta é antes fazer aprender do que ensinar. A abordagem por competências junta-se às exigências da focalização sobre o aluno, e dos métodos da aprendizagem significativa.

⁸ Philippe Perrenoud (1999) e a Teoria das Competências. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br>. Acesso em: 22 out. 2021.

⁹ A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação se ancora com os novos conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva de quem aprende. Portanto, a aquisição de conceitos torna-se, então, largamente uma questão de assimilação (MOREIRA, 1982, p. 31).

[...] considerar os conhecimentos como recursos a serem mobilizados; trabalhar regularmente por problemas; criar ou utilizar outros meios de ensino; negociar e conduzir projetos com seus alunos; adotar um planejamento flexível e indicativo e improvisar; implementar e explicitar um novo contrato didático; praticar uma avaliação formadora em situação de trabalho; dirigir-se para uma menor compartimentação disciplinar (MEIRIEU apud PERRENOUD, 1990, p. 57).

Assim, as novas metodologias exigem saber comunicar, raciocinar, argumentar, negociar, organizar, aprender, procurar informações, conduzir uma observação, construir uma estratégia, tomar ou justificar uma decisão (PERRENOUD, 1999). Esta ideia é de igual modo compartilhado pela BNCC (2017), ao adotar o enfoque das decisões pedagógicas que devem incidir para o desenvolvimento de competências. Portanto, a BNCC, ao definir as competências, como mobilidade cognitiva, reconhece que a “[...] educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação do aluno que deve tornar-se sujeito socialmente ativo e interventivo”. Por meio disso, a BNCC destaca que o aluno ainda deve desenvolver,

[...] conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 13).

Desta forma, cada comunidade escolar tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação que desenvolva tais competências esperadas. A educação para os novos tempos exige que cada professor ou professora desenvolva dinâmicas e criatividades necessárias para mobilizar pais, alunos, professores e funcionários para o debate educativo.

É nesta perspectiva que a práxis educativa deve valorizar os papéis sociais desempenhados pelos alunos, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua personalidade ética bem como seus projetos de vidas.

A missão da educação é de promover a aprendizagem colaborativa, este é sem dúvida um dos maiores desafios da aprendizagem virtual que é de desenvolver nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares as dimensões do saber ser, do saber-fazer, e do saber viver juntos, pois, estes constituem segundo Delors (1998) os quatro aspectos, intimamente ligados, de uma mesma realidade da condição humana.

Experiência vivida no quotidiano, e assinalada por momentos de intenso esforço de compreensão de dados e de fatos complexos, a educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões. Se, por um lado, implica a repetição ou imitação de gestos e de práticas, por outro é, também, um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências (DELORS, 1998, p. 107).

Estes devem ser a meta e o esforço da práxis educativa, uma vez que a educação também traz alegria da descoberta, experiências singulares que impactam e complementam as relações sociais. Assim, a prática educativa deve valorizar a diversidade e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos que possibilitam entender as relações e interações humanas.

O impacto da pandemia na educação inclusiva: Abordagem da democracia inclusiva

Uma das áreas da educação que foi diretamente afetada pela pandemia é a questão da educação inclusiva. Para fazer face o processo de ensino e aprendizagem tornou-se cada vez mais decisivo e necessária o exercício das tecnologias digitais. É neste contexto que surge a preocupação com a designada “exclusão digital”, um ato que pode colocar em xeque a democracia plena.

De acordo com Alves e Moreira (2004), o uso das tecnologias na educação traz algumas limitações significativas para grupo específico a diversos níveis: de motricidade; de visão; de audição; de expressão oral e escrita; de memorização, de concentração e de percepção da realidade.

Portanto, segundo estes autores, as limitações digitais, incluem ainda os cidadãos com condição física fortemente debilitada, seja por motivos de idade, doença ou outros. Todas estas pessoas encontram dificuldades específicas para este tipo de modalidade, e que na ótica deles devem ser consideradas.

No combate à exclusão digital, a literacia é um fator essencial, uma vez que o mero acesso às TIC de nada servirá se as pessoas não possuírem as qualificações necessárias para as utilizar de forma eficiente. Dada a velocidade de evolução das TIC, a aprendizagem contínua ao longo da vida torna-se também uma condição necessária para acompanhar a evolução tecnológica (ALVES; MOREIRA, 2004, p. 46).

Estas obrigações devem garantir o domínio de uma telecomunicação democrática sem prejudicar os interesses da educação inclusiva, uma vez que, os marcos legais que embasam a educação para todos, reconhecem a educação como direito fundamental compartilhado e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação cultural e social.

A função social da educação democracia, deve pautar-se pela inclusão social compreendendo a identidade humana em todas as suas dimensões, pois, estes são princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e no bem-estar social.

É nesse contexto em que a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação, reconhecendo a formação humana em todas as suas dimensões, intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Isso significa, ainda, assumir uma visão plural e singular da educação considerando os aspectos de sujeitos na aprendizagem. Deve-se,

[...] promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não

discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017, p. 14).

É este acolhimento que a educação virtual deve ter em consideração para manter intacta as dinâmicas da educação inclusiva, pois o seu desenvolvimento da educação por meio tecnológico, impõe desafios a certas camadas sociais e limita o efeito da educação inclusão.

A escola que acolhe também emancipa, como processo da construção de seu projeto de vida, promovendo a tolerância as comunidades locais e globais. Portanto, a educação inclusiva além de promover o saber democrático, também deve promover a cidadania ativa como medidas concretas para facilitar o acesso dos cidadãos à informação, à participação e desta forma fortalecer a educação. A concretização desse princípio pode ser promovida por uma educação emancipatória, inclusiva e democrática. Assim, a educação para novos tempos deve criar condições para uma formação abrangente com ferramentas de informação e de capacidade para avaliar o seu desempenho no fortalecimento das suas relações com o tecido social.

O discurso de que o uso da tecnologia na educação limita os pressupostos pedagógicos da educação inclusiva não se trata de uma denúncia dos malefícios das novas tecnologias, mas sim, trata-se de um alerta de que a cidadania digital deve englobar a participação de todos no processo. Contudo, precisamos tomar cuidado para que,

Neste mundo globalizado pelo fenômeno digital e da democracia electrónica, somos incentivados a transformar os avanços técnicos em bem-estar humano, pelo sucesso de uma verdadeira cidadania virtual. Uma cidadania virtual onde as tensões estão muito presentes. da

Internet (redes, servidores e computadores) e nas capacidades necessárias para usar a Internet que não só têm feito aumentar ainda mais o fosso entre as nações como provocado uma alegada exclusão digital (ALVES; MOREIRA, 2004, p. 73).

Assim se explica que a Internet seja elogiada e amaldiçoada, e tida como necessária e até inevitável, mas também vista como uma construção demasiado dispendiosa para o desenvolvimento moderno e até como fonte de novas desigualdades. Desigualdades no acesso à educação por falta desses meios tecnológicos (ALVES; MOREIRA, 2004). São estes fatores que podem minar o exercício democrático, pois, a democracia,

[...] é um processo dinâmico, ameaçado, constantemente, pelo menor desequilíbrio social, ao mesmo tempo alimentado, constantemente, pelos esforços, a imaginação e a inovação. Nesse ponto está sua superioridade com relação a outras formas de governança: é o único sistema político capaz de corrigir as suas próprias disfunções (MATSUURA, 2002, p. 226).

O aprimoramento do uso das tecnologias deve sempre incidir com os pressupostos de uma educação democrática e inclusiva. Portanto, a educação inclusiva se configura como uma abordagem compreensiva e holística, envolvendo todas as esferas sociais e educacionais e os vários agentes de socialização, inclusive as organizações comunitárias, em um processo de participação de uma democracia plena e efetiva (MATSUURA, 2002).

Considerações finais

A crise proporcionada em virtude da Covid-19 ocultou a cultura da escola, e implantou o medo ao desconhecido abalando sobretudo a sensibilidade estética do processo de ensino e aprendizagem. Este capítulo procurou discutir alguns dos desafios e implicações da cultura digital, demarcando as implicações da cidadania digital na educação inclusiva.

As incidências do mundo virtual influenciam o comportamento social e limitam sobretudo a camada social mais desfavorecida, o que pode ser um perigo eminente para uma educação democrática e abrangente. Portanto, o progresso da cidadania digital contém duplo olhar, por um lado benéfico para os que dominam e manuseiam bem e por outro lado, tensões entre os que não dominam e falta de acesso facilitado dessas tecnologias. Embora haja esse duplo olhar, isso não minimiza a importância da utilização das tecnologias digitais, pois se configuram como instrumentos e estratégias pedagógicas fundamentais para o compartilhamento de informações.

O projeto educativo como prática democrática deve reforçar o domínio da cultura e adotar os mecanismos da cultura digital sem perder de vista os pressupostos pedagógicos de uma educação inclusiva e emancipatória. Esta é a proposta que este trabalho se propôs em discutir e enfatizar a ideia de que os novos tempos educativos devem trazer equilíbrio para alcançar uma aprendizagem dignamente significativa. Portanto, as ferramentas utilizadas na cidadania digital oferecem possibilidades para a mobilização das práticas de linguagem comunicativa e educacional.

Constatamos nessa discussão que o grande desafio da cidadania digital é de promover uma educação que demonstre as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e sobretudo estéticas, ou seja, garantir no processo de ensino-aprendizagem as competências básicas e específicas para que o aluno consiga compreender e produzir sentidos, de maneira crítica, criativa e interventiva.

Para tanto, é necessário não somente possibilitar aos estudantes explorar interfaces técnicas, mas promover e construir a visão do mundo baseado na cultura digital que reforça as novas formas de socialização e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Assim, a utilização de novas tecnologias digitais deve consolidar o aprimoramento do conhecimento, capaz de flexibilizar o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual. Por fim, a práxis educativa deve sempre contribuir para um saber democrático, ético, e harmônico e garantir um olhar de esperança sem perder de vista as dimensões axiológicas, inclusivas e emancipatórias, promovendo desse modo o valor social humano.

Referências

ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. *Cidadania Digital e democratização eletrônica*. Sociedade Portuguesa de inovação: Porto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUSTAMANTE, Javier. Communicative power, digital ecosystems and digital citizenship. In: SILVEIRA, Sergio Amadeu da (org.). *Cidadania e*

redes digitais: Citizenship and digital networks. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. *Indicadores da qualidade na educação*. Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

DELORS, Jacques. *Educação um tesouro a descobrir*: Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: Cortez editora, Unesco, DF, 1998.

IPAD. Instituto Português de apoio ao Desenvolvimento. *Estratégia da cooperação portuguesa para a Educação*. Lisboa: [s. n.], 2008.

MORAN, José; BACICH, Lilian. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: [s. n.], 2018.

MATSUURA, Koichiro. *A UNESCO e os desafios do novo século*. Brasília: UNESCO, 2002.

MOREIRA, Marco Antônio. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: [s. n.], 1982.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação:* conferência mundial sobre a educação para todos. Espanha: [s. n.], 1994.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Editora ArtMed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. *Perrenoud e a Teoria das Competências*. Disponível em: <http://www2.videolivreria.com.br>. Acesso em: 22 out. 2021.

